

POLÍTICA DE C&T E DISPARIDADES REGIONAIS NO BRASIL: RAZÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA AMAZÔNIA¹

C &T POLICY AND REGIONAL GAPS IN BRAZIL: REASONS FOR THE CONSOLIDATION OF PUBLIC UNIVERSITIES IN THE AMAZON

**Antônio Carlos Maciel²
Andréia da Silva Quintanilha Sousa³
Tânia Suely Azevedo Brasileiro⁴**

RESUMO

O objetivo do texto é discutir a necessidade da expansão da oferta de cursos públicos para o ensino superior e conseqüentemente o incremento na pós-graduação na Região Amazônica. Os dados apresentados têm como base as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão pertencente ao Ministério da Educação (MEC), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na Amazônia e de importantes estudos sobre o tema, dentre os autores, destaque para Martins (1986) que ajuda a pensar a questão agrária brasileira. A necessidade de expansão de cursos superiores públicos é constatada por todos os indicadores, ratificada pelas autoridades e instituições de ciência e tecnologia, e uma condição *sine qua non* para a consolidação das universidades públicas do Norte do país. Para demonstrá-las, dois grupos de razões podem ser listados: as que apontam para a diminuição das disparidades regionais e as que reconhecem a urgência de uma resposta aos impactos sócio-ambientais decorrentes da ocupação sócio-econômica recente da região.

Palavras-chave: Ciência e Tecnologia – Ensino Superior – Expansão – Região Amazônica.

ABSTRACT

The purpose of the paper is to discuss the need for expansion of public courses for higher education and consequently the increase in graduate school in the Amazon. The data presented are based on research by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), an agency within the Ministry of Education (MEC), the National Institute of Colonization and Agrarian Reform Amazon and major studies on the subject, among the authors, especially Martins (1986) that helps to think agrarian issue. The need for expansion of public higher education is evidenced by all indicators, ratified by the authorities and institutions of science and technology, and a *sine qua non* for the consolidation of public universities in the North. To demonstrate them, two groups of reasons can be

listed: those who point to the reduction of regional disparities and to recognize the urgency of a response to the environmental and social impacts arising from the occupation of the recent socio- economic region.

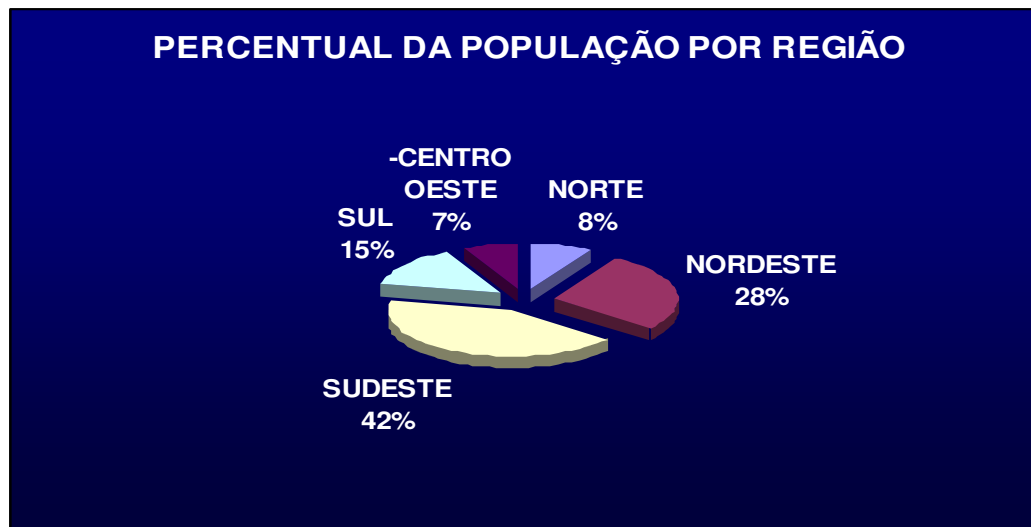
Keywords: Science and Technology - Higher Education - Expansion - Amazon.

AS DISPARIDADES REGIONAIS

É histórica a concentração de ciência e tecnologia no centro-sul do país (regiões sudeste e sul). Poder-se-ia, para atenuar tal concentração, argumentar que estas regiões também são as mais populosas e que sua economia, que pode ser medida pelo PIB regional, representa um volume de riqueza correspondente as suas necessidades.

No entanto, verificando bem os dados estatísticos, mesmo levando em consideração a correspondência C&T/População e C&T/PIB, consta-se que as disparidades ultrapassam os limites de uma suportável proporcionalidade.

Figura 1 – População do Brasil, segundo as grandes regiões



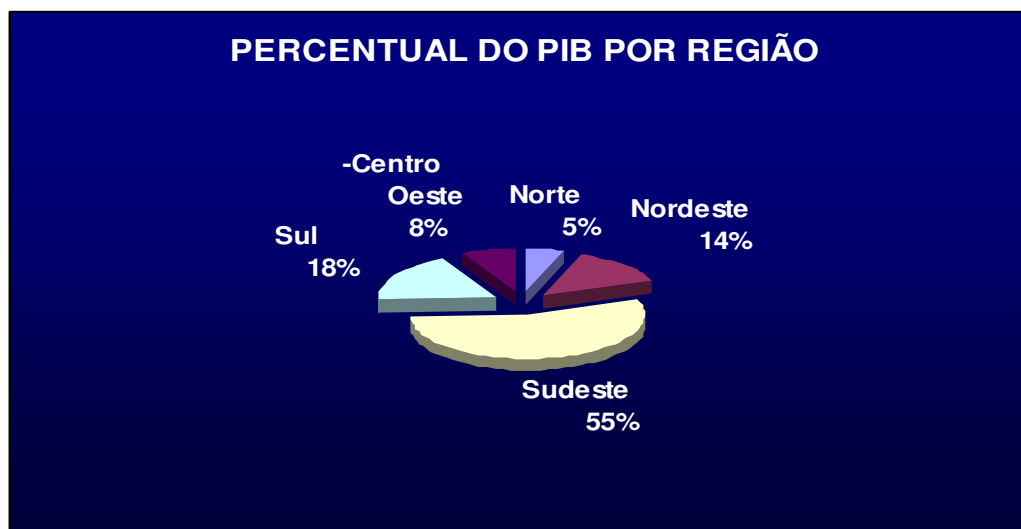
Fonte: IBGE, Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007.

Na Figura 1, percentual da população por região, observa-se que as regiões Sul e Sudeste detêm 57% da população.

O PIB das duas regiões, contudo, conforme se observa na Figura 2, chega a 73%, correspondentes a $\frac{3}{4}$ de toda a riqueza produzida no país.

Qualquer política de C&T, na medida em que está continua extremamente vinculada ao Setor Público, deveria buscar corrigir as diferenças entre as regiões, levando em consideração as demandas sociais destas.

Figura 2 – Produto Interno Bruto a preços correntes, segundo grandes regiões – ano base 2004.



Fonte: IBGE(2004), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Não é o que ocorre nem em atendimento de graduação (embora este tema não é objeto desta nota) nem em termos de pós-graduação, conforme atestam os dados da Tabela 1 e Figura 3, a seguir.

Esses dados demonstram que a correspondência em vez de se dá em função das demandas sociais, dá-se pelo poder concentrador de riqueza (o que não é nenhuma novidade) da região.

Tabela 1 – Número de programas de pós-graduação, por nível, agrupado por região – ano base: 2006

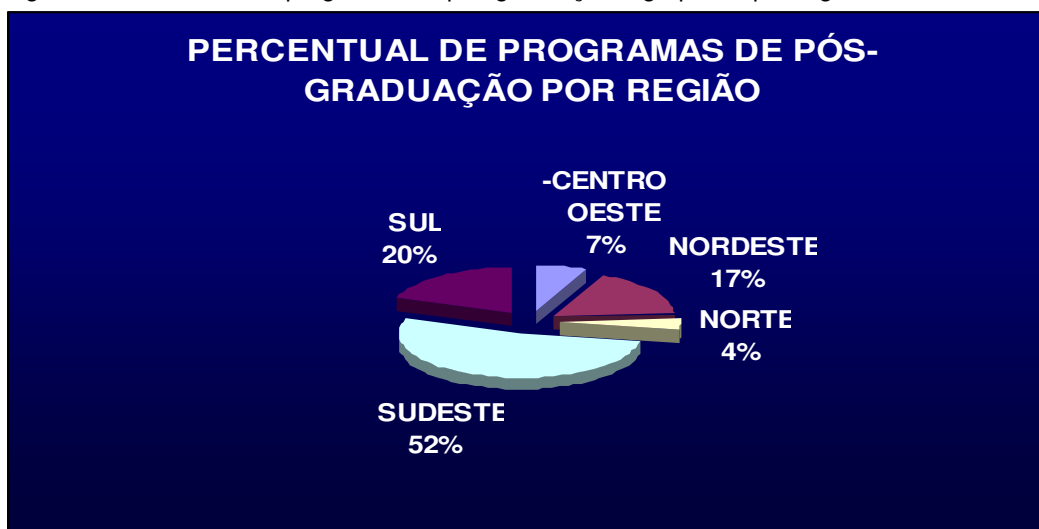
Região	Total	M	D	M/D	F
<u>CENTRO-OESTE</u>	156	86	2	56	12
<u>NORDESTE</u>	385	216	10	129	30
<u>NORTE</u>	93	64	2	23	4
<u>SUDESTE</u>	1184	348	20	734	82
<u>SUL</u>	449	211	5	204	29
Total	2267	925	39	1146	157

Fonte: CAPES/MEC.

Legenda: M = Mestrado, D = Doutorado, F = Profissionalizante,

Com efeito, sem torturar os dados, haja vista que são oficiais e são facilmente encontrados nas fontes de referência, há uma correspondência quase biunívoca entre o percentual do PIB das regiões Sudeste e Sul (73%) e a oferta de Programas de Pós-Graduação (72%), conforme Figura 3. Portanto, 15% acima da correspondência em relação à população, o que em termos quantitativos absolutos significam uma distância abismal.

Figura 3 – Percentual de programas de pós-graduação, agrupados por região



Fonte: CAPES/MEC(2006) – Ano Base 2006.

Não deixa de ser interessante, pelos parâmetros aqui analisados (PIB versus oferta de pós-graduação stricto sensu), que o Sul seja a região mais beneficiada nessa correspondência e o Nordeste, o mais prejudicado.

Mas é na relação oferta de pós-graduação stricto sensu versus população, que as disparidades entre as regiões são mais visíveis.

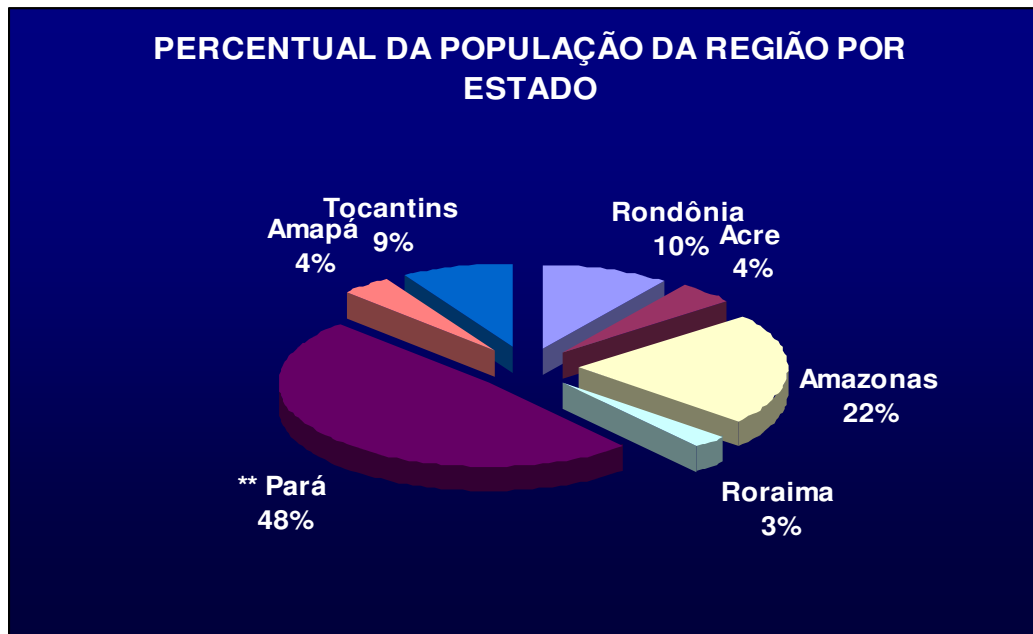
A oferta de programas de formação stricto sensu do Sudeste são 7% acima do percentual da sua população; o Sul, 5% acima; o Nordeste, 11% abaixo; e o Norte, 4% abaixo.

AS DISPARIDADES INTRARREGIONAIS

O modelo concentrador de riqueza e a correspondente concentração em C&T não é, todavia, determinante apenas das disparidades regionais. Enquanto modelo de política pública, repercute diretamente na organização e

na distribuição dos sistemas de C&T de cada uma das regiões. E a região Norte não é exceção. Vejamos figura 4.

Figura 4 – Percentual população da Região Norte, por estado



Fonte: IBGE, Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007.

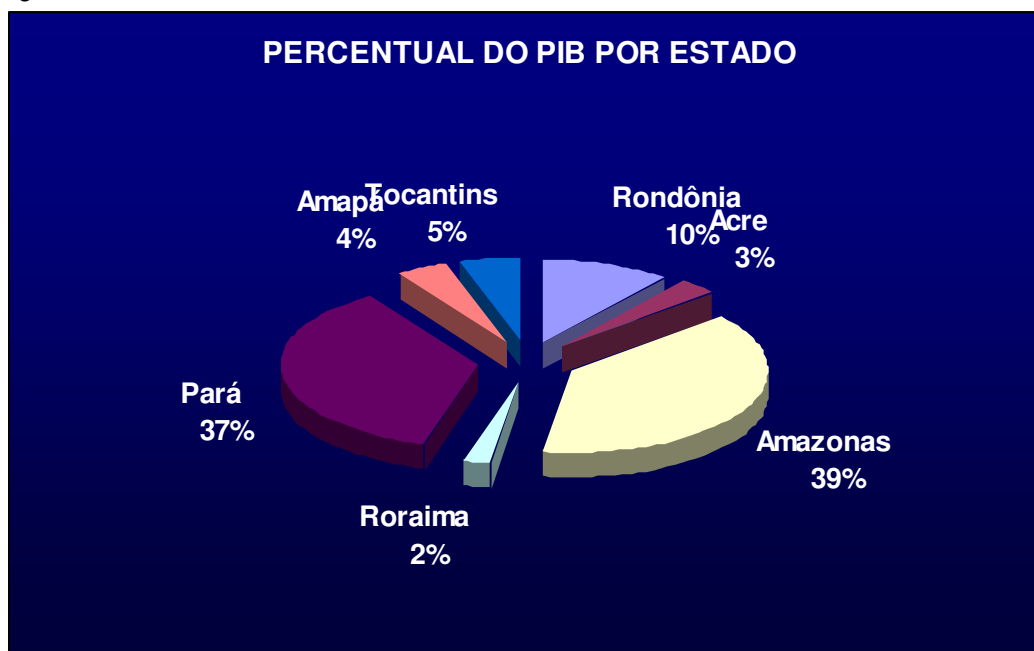
No geral, os Estados mais tradicionais, com maior população e maior volume de PIB, concentram, também, a oferta de cursos para a qualificação de recursos humanos, nos níveis da pós-graduação stricto sensu. Mas alguns aspectos diferem do padrão nacional.

Em termos de PIB, Pará e Amazonas encontram-se praticamente empatados, com 37% e 39 respectivamente, e juntos concentram 76% de toda a riqueza produzida na região. 3% a mais, portanto, do que o representado pelas regiões Sul e Sudeste (73%) em relação ao restante do país. Concentração, porém, impressionantemente próxima da taxa nacional.

A diferença do padrão nacional reside no fato de que o maior PIB (Amazonas com 39%) não corresponde a maior oferta de Programas de Pós-Graduação (Amazonas, 36%), contra 47% de Programas oferecidos pelo Estado do Pará, cujo PIB atinge 37%. Essa diferença, no entanto, é absolutamente compreensível, porque o Pará detém mais que o dobro da população do Amazonas.

Entre os cinco Estados restantes, que detêm 24% do PIB, ocorre um fenômeno interessante: olhando para o lado da oferta de programas de pós-graduação, percebe-se uma equidade nessa oferta de programas; olhando, porém, tanto pelo lado do PIB quanto da População, o Estado de Rondônia está extremamente prejudicado.

Figura 5 – Produto Interno Bruto a preços correntes, segundo as unidades federativas da região – ano base 2004.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

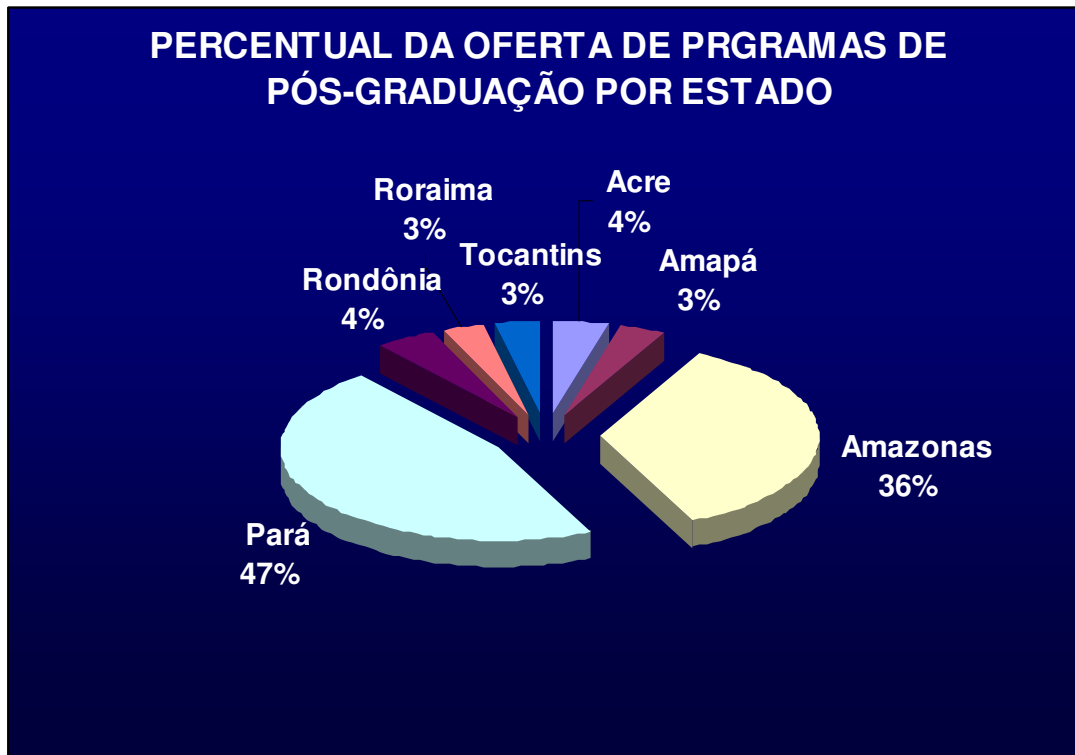
Conforme Figura 5, detentor de 10% tanto de população quanto de PIB regional, o **Estado de Rondônia** somente é contemplado com 4% dos programas de pós-graduação stricto sensu. Ora, o PIB de Rondônia corresponde ao PIB de Acre, Roraima e Tocantins juntos. Esses Estados, igualmente juntos, disponibilizam de 10% dos programas regionais de formação pós-graduada, importando, por esse critério, numa defasagem de 6%, o que em termos quantitativos representa muito.

Do ponto de vista da população, o **Estado de Rondônia** tem quase a totalidade dos Estados do Acre, Roraima e Amapá, que juntos são responsáveis, também, por 10% dos programas stricto sensu.

Portanto, a aparente equidade de oferta de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, entre os cinco Estados menores da Região, esconde

uma distorção de oferta desses Programas com prejuízo significativo para o Estado de Rondônia. Comparativamente, se o Nordeste é o mais prejudicado em termos nacionais; o Estado de Rondônia o é em termos regionais.

Figura 6 – Percentual de programas de pós-graduação, agrupados por unidade federativa da região



Fonte: CAPES/MEC – Ano Base 2006.

Os dados expostos acima, Figura 6, demonstram o déficit, exemplificados pelos Programas de Pós-Graduação, que o país tem com a região Amazônica e, no âmbito desta, o déficit que o país e a região têm com o Estado de Rondônia. Bastariam esses dados para justificar a oferta à população, desse Estado, de Programas de Mestrado que viessem não só dar consistência e amadurecimento científicos aos grupos de pesquisa da Universidade Federal, mas também aporte tecnológico necessário de que precisa o desenvolvimento sustentável regional.

A oferta tanto do mestrado em educação em particular, quanto de outros que visem consolidar o desenvolvimento regional, não se justifica apenas por se tratar de corrigir uma defasagem de formação recursos humanos qualificados em relação às necessidades do mercado ou da população, mas do que isso, trata-se do pagamento de uma dívida aos

impactos sócio-ambientais causados pela ocupação antrópica das últimas décadas.

AS NECESSIDADES DE C&T PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A ocupação sócio-econômica do Estado de Rondônia, a partir de 1970, através dos Projetos de Colonização do Programa de Integração Nacional, causou uma profunda mudança na paisagem natural da região.

O processo de ocupação do Estado de Rondônia tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas de conhecimento. Antropólogos como Teixeira (1999); sociólogos como Martins (1982 e 1986), Lopes (1983), Silva (1984); economistas como Hébette e Acevedo (1982), Mesch (1984), Cunha (1985) e Batista (2001); passando por historiadores, tais como Perdigão e Bassegio (1992), e geógrafos como Becker et al. (1990), Coy (1986), Santos (1999) e Amaral (1999), chegando a ecólogos como Miranda (1987) e Fearnside (1989), têm apresentado suas interpretações a respeito do processo de colonização desencadeado, a partir de 1970, pelo Plano de Integração Nacional, através de seus diferentes Programas.

Esses estudos são unânimes em reconhecer que esse é o processo mais intenso ocorrido durante as décadas de 70 e 80, mais precisamente entre 75 e 85, em todo o Brasil. Da mesma forma como, também, são unânimes em apresentar, cada um pelo seu ângulo, os problemas e os impactos ambientais, culturais e sociais, que os equívocos, desse tipo de ocupação, estavam causando ou poderiam vir a causar. Martins (1982, p. 68-69), bem a propósito, afirma sobre a forma de ocupação:

O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores... Por isso, não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios.

De fato, a década de 70, preparada pelo governo militar na década de 60, se caracteriza pela penetração do grande capital na Amazônia, que,

todavia, não se dá da mesma maneira em todos os lugares, ainda que o movimento fosse o mesmo. Essa penetração se dá através de enclaves minerais, tais como Carajás-PA, Serra do Navio-AP, Bom Futuro-RO, Presidente Figueiredo-AM; dá-se através de Zonas Francas, tal é o caso de Manaus, e de zonas de livre comércio, nas divisas de Rondônia, Acre e Amapá; dá-se ainda sob a forma de frentes de ocupação em territórios integrados ao mercado nacional, tal é o caso de Mato-Grosso do Sul e Goiás, e sobre territórios não integrados, particularmente Pará, Mato-Grosso e Rondônia.

A situação específica de Rondônia, enquanto Território Federal de um lado e, de outro, enquanto área de grandes seringais, fez com que esse fosse o 'locus' privilegiado, naquela década, dos projetos fundados numa concepção de colonização integrada, baseada na pequena propriedade rural⁵. Observe-se que, quando se diz concepção de colonização integrada, baseada na pequena propriedade, não se quer dizer somente na pequena propriedade, como se é induzido a pensar por alguns estudos. Isso significa então que, embora baseada na pequena propriedade, a colonização integrada, em Rondônia, desde o início, desde, portanto, a Operação Amazônia, já previra o acoplamento com a média e a grande propriedade. Inegável é, desde logo, que o processo fora intenso. De acordo com Becker (1990, p. 177) "o crescimento demográfico entre 1970 e 1980 foi fantástico, com elevação das densidades de 0,4 para 8,5 hab/km²", e arremata com base em um estudo seu de 1985⁶:

A dinâmica social em Rondônia é reveladora de mecanismos de atuação do Estado, mas também da potencialidade da prática social. O processo de povoamento se identifica com a produção de uma nova região – hoje institucionalizada como um Estado da Federação –, produção dirigida e executada diretamente pelo Governo Federal, mas efetivada pelas mãos de milhares de migrantes, cuja, iniciativa é, hoje, ao contrário do que ocorre na Amazônia oriental, dominante.

De acordo com ela, portanto, a especificidade da dinâmica social em Rondônia é resultante da conjunção de esforços, entre governo e população, dominada por esta última, a partir de 85.

A conjugação de esforços em Rondônia, todavia, assume características muito peculiares. Porque em primeiro lugar, se, de um lado, o fluxo migratório do final dos anos 70 obriga o Estado a aligeirar o processo de

assentamento, de outro, isso é realizado através de uma nova metodologia, que incluía a redução do lote pela metade e a quase desobrigação total do Estado em relação à infra-estrutura, como é caso do PAR – Projeto de Assentamento Rápido (80-82) e, em parte, dos PAs – Projetos de Assentamento, subseqüentes. Apesar disso, o processo de ocupação ficou sob a direção do Estado de 1970 ao início dos anos 80 e, pelo menos a partir de 1986, sob a crescente organização política do Movimento Sem-Terra, que não é um movimento espontâneo.

Como conseqüência, em segundo lugar, só se pode falar propriamente de movimento espontâneo no interstício entre 80 e 86, quando o Estado, pressionado pela demanda, muda sua estratégia exatamente para não perder o controle do processo. O que é devido, frise-se, em boa medida ao aporte financeiro do POLONOROESTE, que teve, exatamente nesse período, o seu grande momento. Ademais, nesse período, como acrescenta Mesch (1984, p. 196) “os fatores de expulsão de migrantes, nas regiões de origem, são maiores que os fatores de atração existentes em Rondônia”⁷. Desse modo, parece exagero subtrair a importância do movimento social como um todo ou de reduzi-lo ao espontâneo.

Em terceiro lugar, porque nos projetos de assentamento, a partir de 1986, supostamente destinados aos tais movimentos espontâneos, grassam irregularidades e desistências, logo não poderiam ter a força isoladamente que se supõe ter. De acordo com Amaral (1999, p. 100-111) – a partir de pesquisa de campo realizada, em 1997, no PA – Vale do Jamari, instalado em 1986, com área média de 45 ha, para 1.081 assentados – desses somente 8,88% eram remanescentes, sendo 82,89% expropriados (dos quais 74,19% dos novos proprietários estão em situação irregular), enquanto que 8,23% foram expulsos pela inundação do lago da UHE de Samuel. Resultado: dos 1.081 lotes de 1986, são encontrados, até aquela data, 372 proprietários.

Exatamente por isso, em quarto lugar, a força dos movimentos sociais não decorre apenas dos movimentos espontâneos, cujos sujeitos, supostamente, são os beneficiários desse tipo de assentamento, mas da diversidade social que compõe o movimento com um todo, incluindo aí a leva dirigida, onde se encontram pequenos, médios e grandes proprietários. No limite, a consistência da ocupação em Rondônia, é produto da organização

desses sujeitos, enquanto sociedade civil, conceito, aliás, mais apropriado para sugerir um movimento que faz pressão contra o Estado, mas ao mesmo tempo depende dele, numa relação contraditória, porque interdependente.

Em decorrência dessa intensidade, porém, os impactos do processo da ocupação econômica e humana de Rondônia suscitaram nos cientistas a realização de pesquisas, que avaliaram esses impactos em suas áreas de interesse.

Há impactos de toda ordem. Há os impactos culturais, tanto as referentes à destruição das culturas autóctones, dadas as conseqüências das relações sociais com a cultura nacional (TEIXEIRA, 1999, p. 229-235), quanto àquelas relativas à subjugação das populações tradicionais, por suas desvantagens sociais e tecnológicas (TEIXEIRA, 1999, p. 227-228, 235-240). Há os impactos ambientais, quer por desmatamento (FEARNSIDE, 1989, p. 21-29) quer por erosão do solo (FEARNSIDE, 1989, p. 39-48). Há os impactos sócio-econômicos, tanto sobre a transformação da estrutura agrária (MACIEL, 2004 e 2005; AMARAL, 1999; SANTOS, 1999; BATISTA, 2001), quanto sobre a transformação da estrutura social, agora baseada no colono.

Para finalizar, exemplifica-se com o fator mais visível (nem por isso o mais importante): o **desmatamento da Amazônia** e, dentro desta, o **desmatamento no Estado de Rondônia**, conforme figura 7.

Figura 7 – Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal



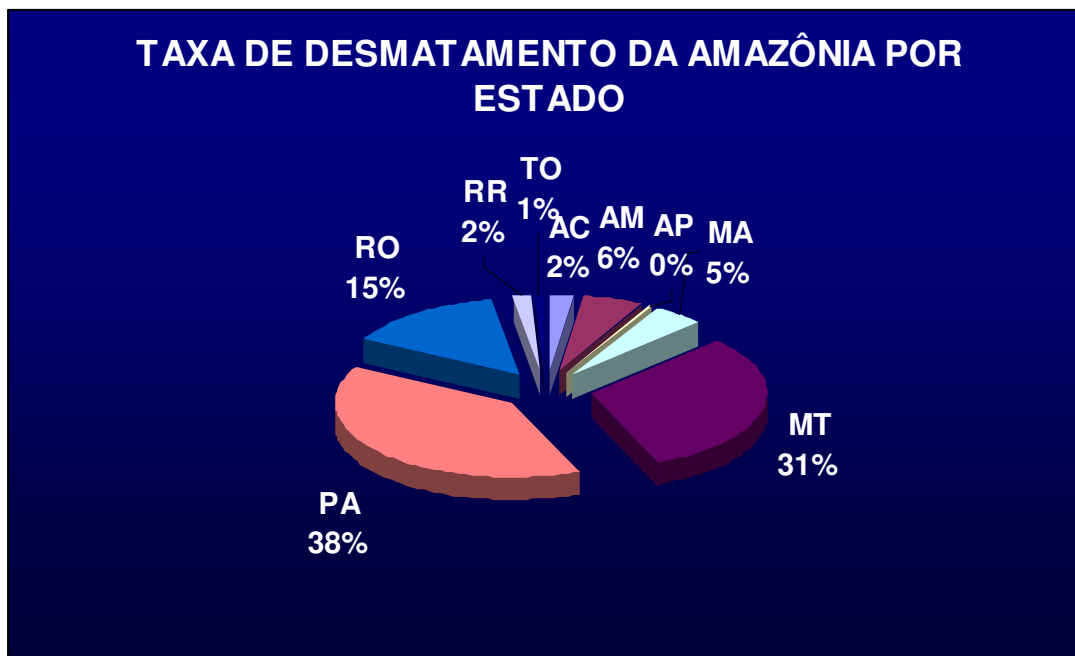
Fonte: <http://www.inpe.br>. acesso em 15/10/2007.

O INPE(2007) estima que, no período 2005-2006 (cujos dados ainda estão sendo processados), o desmatamento na Amazônia fique entre 13.100 e 14.039 km².

O INPE analisou 34 imagens, onde ocorreu 67% do desmatamento na Amazônia no período de 2004-2005. A taxa calculada nestas imagens foi 8.836 km². Com estes dados, o INPE estima que a taxa de desmatamento da Amazônia para o período Agosto 2005 – Agosto 2006 seja de 13.100 km², com uma margem de erro de 10%. Esta projeção indica uma queda de 30% em relação ao período 2004-2005. É a segunda menor taxa de desmatamento na Amazônia verificada desde que o INPE iniciou este tipo de levantamento anual em 1988.

Apesar da queda pontual, a trajetória da taxa de desmatamento na Amazônia do gráfico não deixa dúvida de que a tendência é sazonal, não raramente determinada por pressões internas e externas. Por outro lado, qual a posição ocupada pelo Estado de Rondônia?

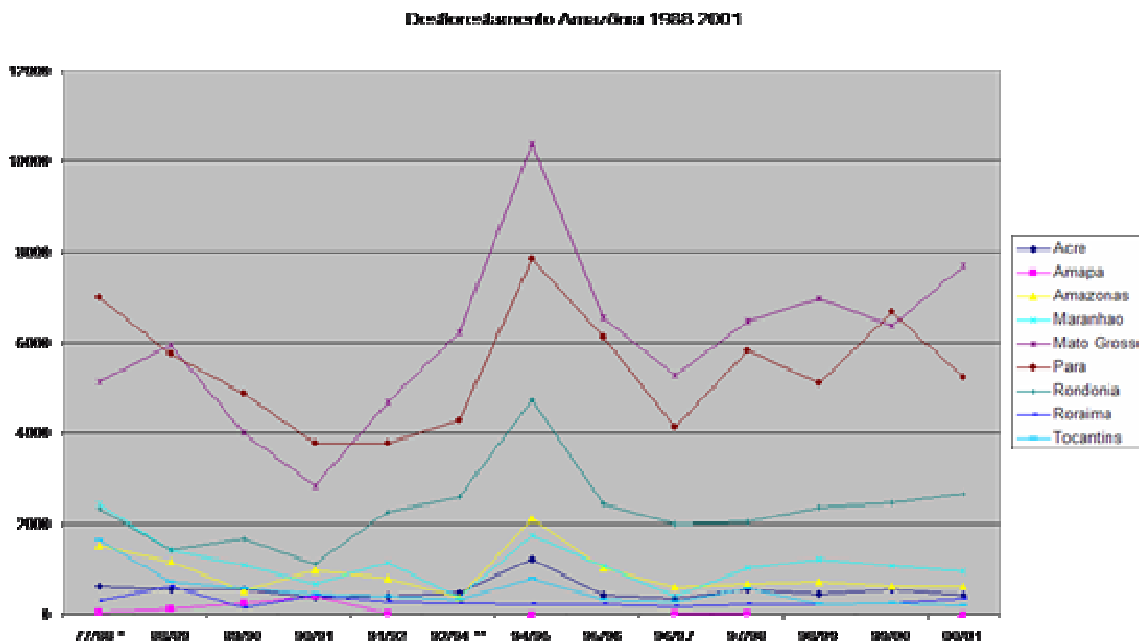
Figura 8 – Taxa de desmatamento da Amazônia Legal, por Unidade Federativa, do período de 2005-2006



Fonte: <http://www.inpe.br>. Acesso em 15/10/2007.

De acordo com o INPE, Figura 8, no mesmo período (agosto/2005 – agosto/2006), o Estado de Rondônia é o terceiro em desmatamento na Amazônia Legal e o segundo da Região Norte.

Figura 9 – Desmatamento na Amazônia Legal, por estado da região, entre 1988 e 2001



Fonte: INPE(2004).

O gráfico da figura 9, referente ao período entre 1988 e 2001, acima, portanto quase duas décadas, mostra que a posição, lamentavelmente histórica, ocupada pelo Estado de Rondônia, não mudou: permanece no terceiro lugar, entre os maiores devastadores da floresta, numa posição muito acima dos Estados com menor taxa de desmatamento.

CONCLUSÃO

O conjunto desses fatores parece demonstrar, com agudeza, a importância de Programas de Mestrado e Doutorado para a Amazônia Ocidental, como um todo, e para o Estado de Rondônia, em particular.

Tudo isso sem levar em consideração que esse Estado possui, proporcionalmente, a maior malha rodoviária do Norte, os dois municípios com maior taxa de crescimento populacional do país, o segundo plantel de gado do Norte e Nordeste, as maiores jazidas de cassiterita e diamantes da região e,

para concluir, é para esse Estado que estão projetadas os dois maiores investimentos em energia do país, as Hidrelétricas do Rio Madeira, além do Gasoduto Urucum (Coari-AM)/Porto Velho. Com estas notas não se pretende mais que justificar a imperiosa necessidade de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, José J. O. **Os latifúndios do INCRA: a concentração de terra nos projetos de assentamento em Rondônia**. 1999. 128 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BATISTA, Israel X. **Desenvolvimento sustentável em Rondônia: políticas públicas, desmatamento e evolução socioeconômica**. 2001. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

BECKER, Berta K. Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: Interação e conflito. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB/Editora UFRJ, 1990.

BRASIL. IBGE. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais**, 2004.

_____. **Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007**.

BRASIL. MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES. **Número de Programas de Pós-Graduação, por nível, agrupado por Região**. Ano Base: 2006.

COY, Martin. **Problemas atuais de colonização e desenvolvimento rural numa fronteira agrícola na Amazônia brasileira e a resposta do Estado: o caso de Rondônia**. [s.o.r.1986].

CUNHA, Silvio R. P. **O xadrez da terra: um estudo da colonização dirigida em Rondônia**. 1985. 145 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém.

FEARNSIDE, Philip M. **A ocupação humana em Rondônia: impactos, limites e planejamento**. Assessoria de Divulgação Científica. SCT/PR, CNPq (Relatório de Pesquisa n° 5), Brasília, 1989. 76 p.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. **O Estado e a reprodução social: Ariquemes – Rondônia**. Belém: NAEA, 1982. (série Seminário e Debates N. 09).

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Programa de desflorestamento**. Disponível em: <<http://www.inpe.br>>. Acesso em: 21 fev. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Programa de desflorestamento**. Disponível em: <<http://www.inpe.br>>. Acesso em: 15 out. 2007.

LOPES, Eliano S. A.. **Colonização Agrícola em Rondônia: a relação parceleiro-agregado como manifestação de resistência à expropriação**. 1983. 124 f. Dissertação (Mestrado em Técnicas agrícolas) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Itaguaí-RJ.

MACIEL, Antônio C. **Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia**. 2004. 348 f. Tese (doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém-PA.

_____. **Campesinato e fronteira: estratégias produtivas da agricultura familiar em Rondônia**. Cascavel-PR: UNIOESTE, 2005.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1982.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.

MESCH, José. **A gênese e a expansão capitalista em Rondônia: as frentes de migração e formas de propriedade**. 1984. 281 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MIRANDA, Evaristo E. **Rondônia – terra do mito e o mito da terra: os colonos do Projeto Machadinho**. Porto Velho: EMBRAPA, 1987.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: EDUFRO, 1999.

SILVA, José P. **Jaru: colonização e campesinato: política de colonização e sobrevivência da produção camponesa no Estado de Rondônia**. 1984. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

TEIXEIRA, Carlos C. **Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999.

¹ Palestra proferida no Seminário Internacional “La Educación Superior en La Amazonia Hoy: Inclusión, Pertinencia y Financiación em Los Programas de Formación”, e publicada nos Anais do evento, na cidade de Leticia/Colombia, em novembro de 2010.

² Doutor em Ciências Sócio-Ambientais pela UFPa, professor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ariquemes. Professor do Mestrado Acadêmico em Educação da UNIR. Líder do Grupo de Pesquisa: Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade – CIEPES/ITES/UNIR. acmaciel@unir.br.

³ Doutora em Educação pela UFRN, lotada no Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Porto Velho. Professora do Mestrado Acadêmico em Educação da UNIR e Pesquisadora dos Grupos UNIVERSITAS, PRÁXIS E HISTEDBR. Membro do Observatório da Educação CAPES/MEC/INEP. andrea Quintnailha_sousa@hotmail.com.

⁴ Pós-Doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP, Doutora em Educação pela URV/ES; professora associada do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Porto Velho; Líder do Grupo de Pesquisa PRÁXIS/UNIR e pesquisadora do LIEPEE/USP; Coordenadora e docente do Mestrado Acadêmico em Educação da UNIR. taniabrasileiro@gmail.com.

⁵ Acresce-se às condições específicas de Rondônia o fato de não possuir oligarquia forte, o acesso rodoviário desde meados de 60, existência de manchas de terras férteis próximas a BR, além de vastas áreas de terras devolutas (MESCH, 1984, p. 170), fatores que, com a tutela do Estado, possibilitaram um afluxo migratório de tal intensidade que motivou Becker (1990, p. 147) a repensar seu próprio conceito de fronteira, enquanto “espaço não plenamente estruturado e, por isso, dotado de elevado potencial político... Tais elementos e condições comandam, sem dúvida, as transformações sociais não só na Amazônia oriental, mas em grande parte do país. Em áreas localizadas, contudo, a dinâmica da transformação social, embora ditada pelas estratégias do Estado e das corporações, parece ser hoje comandada por uma atuação crescente da população... Este é o caso de Rondônia... A dinâmica do povoamento foi tal que aí se desenrola um dos mais significativos processos de transformação econômica, social e política do Brasil contemporâneo.”.

⁶ Trata-se de “The crisis of the state and the region: regional planning questioned”. *Environment and planning. Society and Space*. London, v. 3, p. 141-53. 1985.

⁷ Vejam-se as razões para tal afirmação nas p. 195-196 da dissertação do referido autor.

RECEBIDO EM: maio/2013

APROVADO EM: junho/2013